



Talíria se prepara para amamentar a filha durante sessão no Congresso

do período de licença-maternidade. A parlamentar encaminhou ofício ao presidente Arthur Lira (PP-AL) pedindo a instalação de trocadores de fraldas em todos os banheiros da Casa, medida que, segundo ela, tem o objetivo de atender a uma importante demanda de mães que circulam com seus filhos pelo local, tornando-o mais acolhedor.

“Infelizmente a solicitação ainda não foi aceita. Essa demanda é uma pauta histórica do movimento feminista, em especial, de mães. Entendemos que, devido à divisão sexual do trabalho, além de dupla e tripla jornadas, muitas mães precisam levar suas crianças pequenas para o emprego, sobretudo crianças que ainda são amamentadas. Portanto, essa requisição se torna muito importante. Queremos que não seja apenas nos banheiros femininos, mas, também, nos masculinos, assim como espaços para amamentação, de modo diminuir a sobrecarga das mulheres, diz a parlamentar.

Ela conta que sua primeira incursão com a pequena Moana no plenário foi um momento de muita apreensão. “Estávamos em 2021, com muitos casos de covid-19, e eu era líder da minha bancada. Moana ainda mama, então, esses momentos são importantes para ela e para mim. Teve gente que falou que aquele ali não era espaço para criança, mas entendo que todos os espaços devem ser acolhedores para as mães e suas crias”, defende.

A parlamentar reconhece não ser nada fácil a tarefa de conciliar a maternidade e o trabalho. “De uma maneira geral, o maternar é difícil e exaustivo. A privação do sono talvez seja uma das piores coisas. Mas isso não é só para mim, são para todas as mães, as que trabalham fora e dentro de casa. É fundamental pensarmos nessas mulheres.”

Deputada improvisa berçário em gabinete

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Sâmia Bomfim, com o filho Hugo: “Exclusão estrutural que precisa ser eliminada”

A deputada federal Sâmia Bomfim (Psol-SP) se viu obrigada a adaptar seu gabinete na Câmara para levar o pequeno Hugo, hoje com 10 meses, para o trabalho. Mesas e poltronas foram excluídas, outros mobiliários substituídos, salas adaptadas e o ar austero que caracteriza aquelas repartições deu lugar a um ambiente alegre e aconchegante. Até a pia do banheiro se transformou na “banheira oficial” dos banhos diários.

Sâmia revela que as principais dificuldades enfrentadas depois do parto ocorrem durante as sessões noturnas, que varam a madrugada. Casada com o também deputado federal Glauber Braga, do mesmo partido, ela costuma contar com o apoio do companheiro de todas as horas para a difícil missão de conciliar o trabalho com a maternidade.

“O período mais difícil se arrastou até o sexto mês de vida do Hugo, quando ele mamava exclusivamente no peito. Era um Deus nos acuda. Agora, além das sessões noturnas, vieram as frequentes viagens de ida e volta para São Paulo, pelo menos duas vezes por semana”, diz, completando que, ao assumir a liderança do partido na Câmara, a carga ficou bem mais pesada.

Ela revela que, durante as sessões em que comparece com a criança, muitos colegas não encaram a cena com naturalidade, e “alguns chegam a olhar atravessado, de cara feia”. Ainda assim, diz se considerar privilegiada em poder atuar com o filho no colo, lamentando que essa prerrogativa não é estendida a todas

as trabalhadoras. “Infelizmente, muitas mulheres são forçadas a deixar o trabalho para cuidar dos filhos, e suas vidas profissionais acabam prejudicadas”, diz.

Sâmia admite que o melhor seria deixar o filho em uma creche, mas nenhuma delas aceita a matrícula de crianças que frequentam o ambiente esporadicamente, por não haver, dessa forma, possibilidade de se criar um vínculo. “Por hora, ele segue me acompanhando nas reuniões. Não sei como será quando crescer. Ou ele vai gostar muito ou vai odiar esse ambiente”, brinca.

Na tentativa de garantir a todas as mães a possibilidade de acesso a esse tipo de serviço e outros direitos previstos na Constituição, ela e o marido protocolaram, em maio do ano passado, projeto de lei que dispõe sobre o instituto da parentalidade em todo o país. A proposta está sendo chamada de “Estatuto da Parentalidade”, e é considerada a legislação mais completa sobre o tema apresentada no Congresso até o momento.

Sâmia destaca que o estatuto parte do princípio de que o cuidado com os filhos não deve ser uma responsabilidade apenas da mãe, mas do núcleo afetivo responsável pelo cuidado e desenvolvimento da criança, considerando suas mais diversas configurações. “Precisamos superar o modelo fechado no binômio ‘pai e mãe’, dando centralidade ao vínculo estabelecido entre as pessoas de referência da criança ou do adolescente, seja mãe solo ou família homoafetiva”, afirma.

De acordo com o projeto, o elemento central para o exercício da parentalidade é o estabelecimento da “licença parental” em substituição às licenças maternidade e paternidade. A legislação atual estabelece que a mãe pode se licenciar do trabalho por quatro meses e o pai, por apenas cinco dias, partindo do pressuposto de que o pai exerce papel secundário na criação e nos cuidados dos filhos. O novo estatuto define licença de seis meses a até duas pessoas de referência para uma mesma criança ou adolescente, permitindo que não apenas os genitores estejam habilitados para a licença, como também avós, tios, companheiros e demais pessoas que compartilham a responsabilidade por este cuidado.

Sâmia defende também avanços na política de creches, com tempo ampliado e, sobretudo, noturnas, beneficiando, assim, profissionais da área médica e professores, entre outros. Ela reconhece ser uma missão difícil emplacar matéria desse teor na pauta de votações. “No atual contexto, acho bastante difícil que avance. Torcemos para que, no próximo governo, tenhamos políticos realmente sérios e comprometidos com agendas positivas. Infelizmente, as leis vigentes acabam excluindo muitas mulheres pelo simples fato de não ter com quem deixar os filhos, diz.

***Estagiária sob a supervisão de Jäder Rezende**